



# Velha TJLP

O mercado financeiro está inebriado com a porta aberta deixada pelo Banco Central para a intensificação dos cortes de juros nos próximos meses a ponto de fazer vista grossa ao cenário crescente de incertezas em relação à aprovação da reforma da Previdência e ao risco de o teto de gastos não funcionar em pouco tempo sem o ajuste nas regras das aposentadorias e pensões.

A taxa Selic, atualmente em 11,25%, pode cair em ritmo maior do que o recuo de um ponto percentual da última reunião do Copom e isso animou não só os investidores como

quanto tem sido. É o que economistas chamam de meia entrada do cinema da TJLP. Quem paga inteira na bilheteria do cinema ou joga de futebol não sabe que está pagando a mais, para compensar a meia entrada daquele grupo beneficiado. E quanto maior for esse grupo, mais salgada é a conta para quem paga inteira.

Estudos de grandes bancos apontam que a última elevação dos juros pelo BC poderia ter sido entre 0,4% e 0,7% ao ano menor, se não existissem os 10% do PIB em créditos subsidiados do BNDES.

### A TJLP foi anunciada no final de março, mas até agora o MP não foi enviada

Parce o percentual pequeno, mas não é. Estamos falando em redução dos juros entre 0,4% e 0,7% para todos os tomadores de recursos, durante os ciclos de alta da Selic. Neste último ciclo, por exemplo, quando a Selic chegou a

14,25%, só o governo economizaria uns R\$ 14 bilhões ao ano. Mas o setor privado também se beneficiaria ao pagar recursos emprestados dos bancos. Quando a Selic sobe 1%, as taxas dos empréstimos às pessoas físicas sobem 2,6% às empresas, 1,4%. Logo, fazendo a conta com os 0,7% a menos de juros em um ciclo de alta da Selic, daria uma economia de R\$ 26 bilhões para os tomadores de empréstimos, pessoas físicas e empresas. Ou seja, R\$ 40 bilhões de custo adicional para o governo, pessoas físicas e empresas, que deixariam de ser pagos.

São R\$ 40 bilhões a menos nos bolsos dos tomadores de empréstimo a cada movimento de alta do BC, sem contar a redução do subsídio direto do governo, o que significa menos impostos no futuro. Um custo para quase todos, os que pagam inteira, para que algumas poucas empresas ganhem créditos subsidiados — os pagadores de meia entrada. Faz algum sentido?

Esses custos pagos por todos não se justificam. Estudos recentes têm dem-

onstrado que os empréstimos do BNDES a juros subsidiados, para poucos beneficiados, não aumentaram os investimentos no País, que ficam estagnados no período. Isso aconteceu porque os tomadores deste crédito, na prática, apenas substituíram outras opções de financiamento para os investimentos que já aconteceriam de qualquer forma.

Esses foram os motivos por trás da decisão da equipe econômica de propor a criação da TJLP para substituir a TJLP, reduzindo o contante de duas formas, a direta, via subsídios menores, e a indireta, via custo menor para os tomadores de empréstimos.

A criação da TJLP foi anunciada em março, mas até agora estranhamente a medida provisória não foi enviada. É grande a pressão de setores prejudicados para que a proposta seja alterada. A resistência tem levado o empresário a pedir a cabeça da presidente do BNDES, Maria Sílvia Bastos.

\* JORNALISTA DO BROADCAST

# Dívidas com INSS superam R\$ 400 bi

Entre as cinco que lideram o ranking, estão três empresas falidas; parlamentares querem do governo ações para aumentar a arrecadação

Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

As recentes mudanças que abrandam regras propostas na reforma da Previdência foram insuficientes para agradar aos parlamentares, que seguem pedindo uma ação mais incisiva do governo em ações para incrementar a arrecadação do INSS. Um dos alvos é a lista bilionária de devedores da Previdência Social. De acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o estoque da dívida ativa previdenciária chegou a R\$ 427,73 bilhões no fim do ano passado.



Pressão. Regra do relator Arthur Maia facilita cobrança

**Sem privilégios**  
"Estamos pagando a conta da má gestão dos recursos e jogando novamente para cima do trabalhador. A reforma é justa se enfrentar privilégios."

**Roberto Lucena**  
DEPUTADO (PV-SP)

Três das cinco maiores devedoras estão falidas, de acordo com o acompanhamento da PGFN: Varig (R\$ 3,7 bilhões), Vasp (R\$ 1,7 bilhão) e Bancosa, banco cearense quebrou em 2004 (R\$ 1,4 bilhão). Mas as outras duas estão em operação.

Uma delas é a JBS, segunda maior empresa de alimentos do mundo, com dívida de R\$ 1,84 bilhão. Também está no "pódium" a Associação Educacional Luterana do Brasil (Aelbra), mantenedora da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), que recentemente enfrentou problemas financeiros e de gestão.

A elevada dívida previdenciária é tida como privilégio pelos parlamentares, que acusam o governo de não atacar o problema. Na lista de inadimplentes estão empresas ligadas ao poder público, como a Caixa Econômica Federal, com débito de R\$ 549,5 milhões; os Correios, com dívida de R\$ 378 milhões; e o Instituto de Previdência do Es-

## OS 5 MAIORES DEVEDORES

● Estoque da dívida ativa previdenciária no Brasil chegou a R\$ 427,73 bilhões no fim de 2016

EMPRESA	EM BILHÕES DE REAIS	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA
Varig*	3,7	0,904%
JBS	1,8	0,447%
Vasp*	1,7	0,410%
Associação Educacional Luterana do Brasil (Aelbra)	1,3	0,385%
Bancosa*	1,4	0,345%

\*MASSA FALIDA

Fonte: PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN)

INFORMAC@ESTAD@

"A sociedade vai entender que a reforma é justa se ela também enfrentar privilégios", afirma. No Senado já há uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência que aguarda para ser instalada. A iniciativa partiu do senador Paulo Palm (PT-RS), mas foi endossada por aliados do governo, incluindo o líder no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo Jucá, a CPI é importante para desmistificar de vez as diversas versões de a Previdência no Brasil "dá lucro e não está quebrada".

"Injustiça". O argumento dos parlamentares é que, mesmo que parte desse valor não seja recuperável, é injusto endurecer as exigências de aposentadoria dos trabalhadores antes de ampliar o esforço para cobrar essa dívida. Os débitos dos 500 maiores devedores ultrapassam sozinhos os R\$ 80 bilhões,

segundo relatório da PGFN enviado à comissão especial da reforma da Previdência.

Em meio à crescente polêmica sobre a lista, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, rebateu no início da semana as críticas à dívida. "Os devedores são cobrados de forma rigorosa. Mas a maioria, quase 60%, é de companhias falidas", disse o ministro. Ele não falou sobre as devedoras em atividade.

No ano passado, a PGFN recuperou R\$ 4,5 bilhões de créditos previdenciários, segundo o relatório enviado à comissão. A Procuradoria disse ainda que atua em diversas frentes, o que inclui a "negotiação" da empresa para efeitos de concessão de crédito com recursos públicos, isenções, assinaturas de convênios, bem como a cobrança via carta, protesto extrajudicial e ajuizamento de execução fiscal.

## Empresas dizem que discutem os débitos na Justiça

● Procurada pela reportagem, a JBS informou que os débitos "estão sendo discutidos judicialmente e já tiveram seus pagamentos propostos com créditos em dinheiro que a JBS tem para receber da Receita". A companhia informou ainda que os pagamentos previdenciários de seus colaboradores estão em dia. A Ulbra não respondeu até o momento da publicação deste texto.

Os Correios disseram que pagam as contribuições previdenciárias pontualmente: "Quaisquer valores em aberto são objeto de discussões administrativas ou judiciais".

A reportagem não conseguiu contato com o Ipergas, mas a Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul alegou que o Estado é credor do INSS em quase R\$ 800 milhões.

A Caixa afirmou que "atua em processos administrativos e judiciais exercendo o amplo direito de defesa sempre que os parâmetros de cobrança da fiscalização tributária são considerados indevidos". No caso da dívida previdenciária, o banco disse que o tema "usualmente discutido" é a incidência de cobrança previdenciária sobre verbas com natureza indenizatória (sentsas do INSS) pela instituição, enquanto o Fisco considera como remuneratória, sem isenção.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"											
CNPJ 01.533.948/0001-41											
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS											
Senhores acionistas, as demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Estamos a disposição para prestar os esclarecimentos julgados necessários.											
São Paulo, 22 de Abril de 2017. A ADMINISTRAÇÃO											
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)											
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado, de outra forma)											
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)											
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DAS RESERVAS DE REVALUACÃO DE ATIVOS E PASSIVOS (Em milhares de reais)											
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABREJANTADO CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)											
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DAS RESERVAS DE REVALUACÃO DE ATIVOS E PASSIVOS (Em milhares de reais)											

press (receder) 11.661.721.434-4